



A CIDADE-JARDIM REVISITADA O PAISAGISMO ENQUANTO FERRAMENTA PARA A CRIAÇÃO DE HABITATS SUSTENTÁVEIS

Rui del Pino Fernandes^a, Teresa Marat-Mendes^b

Page | 423

^a ISCTE-IUL, Arquitectura, DINÂMIA'CET-Iscte, Lisboa, Portugal. ruidelpino@live.com.pt

^b ISCTE-IUL, Arquitectura, DINÂMIA'CET-Iscte, Lisboa, Portugal. teresa.marat-mendes@iscte-iul.pt

RESUMO

É facto estabelecido a necessidade de se criar realidades urbanas para fazer face às alterações climáticas. Um aspecto que tem tomado crescente relevância é a exploração de diferentes escalas de espaços verdes de recreio, produção e protecção ambiental, assim como o estudo e potencialização da escala cidade-região e a criação de sinergias entre rural e urbano, factores cruciais a sustentabilidade do habitat. São também reconhecidos os benefícios sociais do contacto com a natureza, para a promoção da saúde física e mental dos cidadãos, e a criação de oportunidades de emprego e a promoção de lugares formais e informais de encontro e de socialização. Tendo em conta estas ambições e preocupações, como poderá ser desenhado o novo habitat para o século XXI? Para esse efeito o habitat, surge como um objeto de estudo pertinente, correspondendo a uma unidade de estudo mais complexa do que a própria cidade, mais abrangente socialmente e mais apta à relação sustentável da cidade com a natureza numa escala territorial. Na presente comunicação servimo-nos da definição de habitat proposta na Lei de Bases da Habitação (Lei n.º 83/2019, de 03 de Setembro), ou seja, "(...) o contexto territorial e social exterior à habitação (...) nomeadamente no que diz respeito ao espaço envolvente, às infra-estruturas e equipamentos colectivos (...) acesso a serviços públicos (...) e redes de transporte e comunicação.". Adicionalmente, consideramos importante incluir os espaços verdes e os espaços de produção alimentar de forma a aproximar o conceito das necessidades materiais dos cidadãos. Em 1954, no "Manifesto de Doorn", membros do Team X referiam a necessidade de pensar as unidades de agregação humana em função da sua escala e contexto. Para esse efeito afastaram-se da dicotomia urbano/rural e enfatizaram o potencial da ligação dos assentamentos com o território e que deveriam ser consequentes na concepção do objecto arquitectónico. Desse exercício resultariam diferentes tipologias de habitat adequadas a diferentes necessidades. Em suma: pensar a relação do Homem com o território, antes de estruturar a relação do mesmo com o seu espaço íntimo. Recorremos à ideia de cidade-jardim, divulgada originalmente por Ebenezer Howard (1850-1928), como exemplo de habitat sustentável. Por cidade-jardim entendemos uma cidade pensada para uma vida e indústrias saudáveis, onde seja possível controlar a sua dimensão em função dos recursos necessários à sua autonomia – trabalho, indústria, habitação, infraestruturas, transportes e espaços para produção alimentar. Desta definição sintética resultaram, ao longo do século XX diferentes materializações, variando consoante a estrutura social e/ou a geografia, desde o bairro residencial de baixa densidade, à colónia agrícola, mas também diferentes leituras de planeamento urbano aplicadas a vilas ou cidades. As diferentes imagens produzidas por este conceito prendem-se com as respostas dadas, à época, à necessidade de alojar população e mão-de-obra para a indústria e os serviços. Na actualidade interessa-nos ainda a saudável relação de interajuda entre o espaço rural e o urbano, minorada pelo planeamento urbano moderno, mas que agora se revela de grande centralidade para criar habitats sustentáveis. Conceber a cidade-jardim do ponto de vista do paisagismo é colocar a organização do território como parte essencial da concepção do habitat e ao mesmo tempo repensar a relação do Homem com o mesmo. Implica isto fazer a ponte entre planeamento territorial para novas realidades e novas formas de agregação humana, por um lado, e a paisagem multifuncional como um todo. Assim, aqui procuramos uma leitura da cidade-jardim à luz dos princípios do paisagismo e não do urbanismo, ou seja, do



planeamento e leitura do território como um todo e não só do conjunto de formas construídas, incluindo os espaços verdes, os espaços vazios, estrutura azul e verde. Se a ideia de cidade-jardim se relaciona com a escola de paisagismo inglês, onde o jardim – aqui entendido como uma unidade territorial – de aparente formulação naturalista resulta numa experiência puramente estética, esta aceção pode ser confrontada com a da escola de paisagismo alemã. Nela o jardim é um conjunto vasto de valências, desde o bosque romântico ao jardim formal, mas também o conjunto de terras lavradas, hortas, pomares e vinhas. O conceito de *Landesverschönerung* (embelezamento da terra) é base conceptual para os jardins de Peter Joseph Lenné (1789-1866) ou de Hermann von Pückler-Muskau (1785-1871), figuras centrais da visão alemã, onde o território é pensado na óptica do binómio *estética + utilidade*. Aliás é esta tradição que pautará os grandes jardins alemães do século XVIII e XIX, mas também as leituras locais do conceito de cidade-jardim, as *siedlungs* dos anos 20 e 30. Subúrbios das cidades alemãs industriais em rápido crescimento, as *siedlungs* procuram a criação de um território de oportunidade para os seus cidadãos, explorando diferentes tipologias de espaços produtivos, comuns e privados, muitas vezes como novos espaços de socialização e educação, oferecendo uma panóplia variada de plantações que passava pelos produtos essenciais para a alimentação (batatas, cebolas, couves, entre outros), como fruta, carne e peixe. É de destacar o papel do arquitecto paisagista Leberecht Migge (1881-1935) no planeamento destes espaços que ao tornar acessível a todos os grandes jardins de Lenné não só levou ao limite o espaço produtivo como experiência estética, como procurou na criação de um bairro - unidade urbana de escala controlada - uma abordagem de impacto territorial, preconizando o conceito de metabolismo circular. A cidade-jardim, uma ideia com mais de um século, poderá tornar-se uma referência essencial para materializar conceitos apresentados em agendas internacionais, como o Habitat III (2016), onde a descentralização e a criação de novos polos de atractividade, a sustentabilidade, assim como o planeamento a uma maior escala são elementos centrais. Para esse efeito necessitamos construir um conceito que seja como uma ferramenta de criação, não de uma cidade ou de um bairro, mas de um território específico e multifuncional onde o ser humano habite, procurando uma relação de respeito com o que o rodeia, onde os recursos são explorados de forma sustentável e onde o rural se mistura com o urbano de forma a promover a auto-suficiência. Esta apresentação oferece um conjunto de comparações morfológicas extraídas de diferentes exemplos, de forma a permitir um entendimento acerca do impacto territorial da criação de habitat, tomando como referência as cidades-jardim de Welwyn e Letchworth, assim como a *siedlung* de Romerstadt, ou seja, através de exemplos históricos apreender lições para o futuro. Procurar-se-á incluir as dimensões verdes (não construídas) na dimensão morfológica, essencial para compreender a cidade-jardim, assim como a dimensão construída, viária e cadastral. Com estas comparações procura entender-se como é que cada uma destas dimensões dialoga entre si e se estabelecem no território.

Palavras-chave: cidade-jardim; paisagismo; habitat; espaços productivos; território

REFERÊNCIAS

Gröning, G. (1992) "The feeling for landscape — a German example", *Landscape Research*, 17:3, 108-115.

Haney, D. (2010) *When Modern Was Green – Life and Work of Landscape Architect Leberecht Migge* (Routledge, London).

Howard, E. (1902) *Garden Cities of To-morrow* (S. Sonnenschein & Co., Ltd, London).

NARRATIVAS DA PAISAGEM COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO E SALVAGUARDA NO SEC. XXI: O CASO DE PARNAÍBA